



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Bento Gonçalves

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: reflexões sobre a inclusão escolar

Helena Rippel Vieira¹

Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Zanin²

Alana Morari³

RESUMO

A presente pesquisa tem como temática central discutir sobre a inclusão de crianças com Transtorno do Espectro Autista. A motivação pela pesquisa deu-se a partir da prática da pesquisadora com monitoria de alunos com autismo em escola regular, atividade que suscitou diversas inquietações e originou a problemática deste estudo. Este trabalho apresenta como objetivo geral refletir sobre os elementos que envolvem a inclusão de crianças autistas. Para alcançar o objetivo proposto, elaborou-se uma pesquisa qualitativa de natureza explicativa, fundamentada em estudos bibliográficos e documental e em uma pesquisa de campo que se deu pela realização de uma entrevista com uma docente da Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Farroupilha-RS (AMAFA). Como resultado da pesquisa, foi possível compreender as características do autismo, do termo inclusão e fatores importantes para a realização de um trabalho inclusivo e de qualidade com alunos autistas. Conclui-se que o autismo tem como principal fator a particularidade no aprendizado, nos sintomas e nas relações sociais e que para que possa ocorrer um processo de aprendizado de qualidade, os alunos precisam de respeito, conhecimento e afeto por parte dos profissionais.

Palavras-chaves: Autismo. Inclusão Escolar. Educação. Prática Docente.

1 INTRODUÇÃO

Sou monitora de alunos com necessidades educacionais especializadas e há dois anos trabalho com crianças com o transtorno do espectro autista. Desde o momento em que aceitei este desafio me propus a ler e aprender as características

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves. E-mail: helena.rippelv@gmail.com

² Orientadora. Professora Doutora no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Bento Gonçalves. E-mail: alexandra.zanin@bento.ifrs.edu.br

³ Coorientadora. Professora Mestra no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - Campus Bento Gonçalves. E-mail: alana.morari@bento.ifrs.edu.br

do autismo para desenvolver um trabalho de qualidade com os alunos. Na prática, percebi que as crianças com o transtorno do espectro autista têm características extremamente individuais e que necessitam de um olhar afetuoso⁴. Atuando em sala de aula, percebo que os professores, geralmente, não têm o preparo necessário, através de formações continuadas, para trabalhar com alunos autistas e que a prática fica centralizada no monitor, tornando-se integralmente responsável pela aprendizagem da criança. A partir da minha experiência em sala de aula, percebi que há uma lacuna existente entre a teoria fundamentada em uma perspectiva inclusiva, somada ao conhecimento dos direitos desses sujeitos, com a prática no processo de inclusão das pessoas com autismo, se tornando, em alguns casos, um processo de exclusão.

Diante destas inquietações que se apresentaram em meu cotidiano, move-se esse trabalho de conclusão de curso (TCC), em busca de responder a seguinte problemática de pesquisa: que elementos envolvem as práticas pedagógicas docentes para a inclusão de uma criança autista nos anos iniciais do ensino fundamental? Tendo como questões auxiliares: quais os pressupostos que embasam a inclusão escolar? O que caracteriza a inclusão no ensino regular? O que é o autismo? Quais os elementos necessários no processo de inclusão de crianças autistas?

Para responder essas problemáticas o objetivo geral da pesquisa foi o de refletir sobre os elementos que envolvem a inclusão escolar de crianças autistas. Tendo como objetivos específicos os de caracterizar o autismo; entender o significado de inclusão escolar; refletir sobre as vivências e experiências de uma docente da AMAFA e pesquisar os elementos necessários para um processo de inclusão que contribua para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças autistas.

Para atender aos objetivos propostos, realizou-se uma pesquisa qualitativa de natureza explicativa, utilizando-se do estudo bibliográfico e documental e do estudo de campo. O estudo bibliográfico e documental apoiou-se em autores como Fidalgo (2021), Ainscow (2000), Cunha (2017), entre outros e legislações como a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (BRASIL, 2012), entre outras. O estudo

⁴ O afeto aqui, não romantizado, mas de quem entende a necessidade, de quem olha para a particularidade do aluno, compreendendo a importância do atendimento na totalidade, que se relaciona com a luta pelos direitos das crianças para uma educação de qualidade.

de campo foi realizado através da aplicação de uma entrevista semiestruturada com uma docente que atua na Associação de Pais e Amigos do Autista de Farroupilha – AMAFA.

Ao longo do artigo apresenta-se um debate teórico sobre o que envolve a educação especial na perspectiva inclusiva; o que é autismo e suas características; e reflexões sobre o atendimento educacional das crianças com autismo. Na sequência, apresenta-se a trajetória metodológica da pesquisa e os resultados encontrados a partir do diálogo estabelecido com a professora da AMAFA e da observação da instituição. Finaliza-se esse trabalho apontando as conclusões e aprendizados obtidos nessa pesquisa.

2. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO ESCOLAR

Embora o termo inclusão comumente esteja relacionado às crianças que necessitam de um olhar especial, como as crianças com deficiência, Ainscow (2009) ajuda a entender que a inclusão social é mais ampla e se remete, também, a grupos cujo acesso à educação seja restrito ou esteja sob ameaça, isto é, os grupos mais vulneráveis, como adolescentes grávidas, ciganos, viajantes e crianças pobres.

Através deste pensamento, a autora (*ibid*, 2009) traz a relação direta da inclusão com o termo exclusão, pois compreende que a inclusão, de forma ampla, é o processo de inserção de grupos considerados de certa forma excluídos da sociedade em geral. Seguindo neste mesmo pensamento, Glat e Blanco (2007, p.16), afirmam, também de forma ampla, a inclusão escolar como:

O princípio básico deste modelo é que todos os alunos, independente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais ou de desenvolvimento, sejam acolhidos nas escolas regulares, as quais devem se adaptar para atender às suas necessidades, pois se constituem como os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, e, como consequência, construindo uma sociedade inclusiva, e atingindo a educação para todos.

A inclusão é um desafio repleto de obstáculos, são pequenas vitórias e conquistas que alegram e que dão esperança. Inclusão é desafio para escola, família, amigos e é um processo de liberdade, conforme Mantoan (2003, p. 12):

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam.

Segundo a autora (*ibid*, 2003), a inclusão pode ser caracterizada como uma mudança de paradigma, uma transformação que necessita de informação. Para ela, é possível que o processo inverso, a exclusão escolar, muitas vezes aconteça por falta de conhecimento. Entende-se que somente a informação, não é suficiente para a realização de um trabalho de qualidade com alunos de inclusão, para isto, são necessários vários elementos, como o conhecimento atrelado à prática.

Dentro desta perspectiva ampla de educação inclusiva, que considera o direito para todos, encontra-se a luta e inclusão das pessoas com necessidades educacionais específicas⁵. Fidalgo (2021) denuncia diversas questões sobre a temática, como o número elevado de alunos por turma na maioria das escolas brasileiras, podendo, dentre estes ter um ou mais alunos com necessidades específicas. Para o autor, o professor, na maioria das vezes, não recebe a formação necessária para o trabalho com alunos com qualquer tipo de deficiência e assim, se puder e se quiser, busca informação e conhecimento por sua conta, e isso muitas vezes não acontece. Além disso, ocorre também, de o professor da turma não ter informações sobre o aluno com deficiência que está em sua sala de aula já que muitos dos alunos com necessidades educacionais específicas matriculados em escolas regulares, não têm um diagnóstico completo, ou suas famílias não fornecem informações suficientes para a coordenação da escola.

A inclusão abrange a educação especial e é um direito garantido no artigo 58 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº9394/96, que “entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores⁶ de necessidades especiais” (BRASIL, 1996, s.p.). Além disso, a lei

⁵ São pessoas com Necessidades Educacionais Específicas os sujeitos com Deficiências física, visual, auditiva, intelectual, múltipla, TEA (Transtorno do Espectro Autista); Altas Habilidades/Superdotação; Transtornos Funcionais Específicos (dislexia, discalculia, disgrafia, disortografia, TDAH); ou que possuam outras condições que requeiram um olhar mais apurado por parte dos docentes (SONZA, et. al, 2020).

⁶ Embora encontrado em algumas legislações, o termo “portador de deficiência” não é adequado para se referir a essas pessoas. Conforme aponta Cardoso (2021, p.17-18) o movimento político das pessoas com deficiência passou a questionar essa expressão argumentando que a condição de “portador” transmite a ideia de que a deficiência é algo que se carrega em alguns momentos, como um objeto, e não uma condição da pessoa. Como consequência dessa luta, em 2010, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, através da Portaria nº 2.344, atualizou a nomenclatura em relação às pessoas com deficiência no âmbito da administração federal, ao determinar que a expressão “Pessoas Portadoras de Deficiência” fosse substituída por “Pessoas com Deficiência”. Entretanto, esse termo ainda é encontrado na legislação, em leis promulgadas anteriormente a 2010.

garante que, quando necessário, o aluno tem direito ao atendimento educacional⁷ especializado em escola regular.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, o público-alvo da educação especial são alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e alunos com altas habilidades e superdotação (BRASIL, 1996).

Ademais,

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, s.p.).

Os direitos das pessoas com deficiência são assegurados pela lei nº. 13.146, de 06 de julho de 2015, denominada de Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Essa lei é destinada a assegurar e promover o direito à liberdade, em condições de igualdade, sem que a pessoa possa sofrer qualquer tipo de discriminação ou negligência (BRASIL, 2015).

Em especial sobre os sujeitos com o transtorno do espectro autista, existe a lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que foi criada objetivando a proteção de pessoas com autismo. Nela, estão descritos alguns direitos, tais como: objetividade no diagnóstico da doença, incentivo ao estudo e ao mercado de trabalho, confecção da carteirinha do autista (tornando-os prioridade em atendimento médico), vida digna, integridade física e moral, atendimento multifuncional, medicamentos e nutrição adequada (BRASIL, 2012).

Conforme destacam Sant’Ana e Santos (2015), a lei nº 12.764 foi a primeira lei aprovada a partir de uma iniciativa popular no Brasil através da luta de uma mãe de uma criança com o transtorno do espectro autista pelo direito de educação do seu filho e por este motivo, também é conhecida como lei Berenice Piana.

A lei citada, caracteriza o autismo como uma deficiência persistente que afeta significativamente a interação social e a comunicação verbal e não verbal, ausência de reciprocidade social, padrões repetitivos de comportamento, manifestadas por

⁷ O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é regulamentado pela Resolução nº 4, de 02 de outubro de 2009 e refere-se ao atendimento realizado por um docente especializado, o qual disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

estereotípias, ou comportamentos incomuns e excessiva dependência de rotina (BRASIL, 2012).

Apesar de o direito à educação especial ser assegurado por lei, o acolhimento e a permanência de um aluno de inclusão com necessidades educacionais específicas na escola não deve ser considerado um mero ato obrigatório, mas sim um processo social e humano. Entretanto, como afirmam Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020), alguns professores ainda consideram a inclusão um ato inviável em sala de aula de escola regular, principalmente quando o aluno apresenta traços ou diagnóstico de autismo por alguns fatores como falta de informação sobre o transtorno ou o estereótipo criado pela sociedade em relação à dificuldade de comunicação e de interação. Não se pretende culpabilizar os professores, pois entende-se que o processo de inclusão envolve questões que vão além, como tempo de planejamento, formação adequada, condições de trabalho, políticas públicas, mas pondera-se que eles têm um papel muito importante em relação à temática da inclusão na escola.

2.1 O QUE É AUTISMO?

Cunha (2017) considera o autismo como um distúrbio sem causa confirmada conhecida, contudo sabe-se que tem relação com o sistema nervoso e que afeta o funcionamento do cérebro, além de ter contribuição de fatores genéticos. É uma doença psiquiátrica grave e que não tem cura, porém, tem diversos tratamentos eficazes e capazes de amenizar os sintomas. É caracterizado como desenvolvimento intelectual desequilibrado e pode causar uma variedade de sintomas que costumam aparecer nos primeiros anos de vida.

De acordo com os estudos de Cunha (2017), o psiquiatra austríaco Leo Kanner foi quem começou os estudos sobre o autismo em 1943, intitulando o transtorno de distúrbio autístico do contato afetivo. Esta denominação se deu através da percepção clínica de Kanner de crianças que não se enquadram nos conceitos de nenhuma doença psíquica até então descoberta.

Destacam Donvan e Zucker (2007), que o autismo já foi considerado uma variação da esquizofrenia e uma doença “padrão” que apresentava os mesmos sintomas em todos os que tinham o transtorno, além disso, acreditava-se que pessoas autistas não eram capazes de viver em sociedade, por serem “agressivas” e “não conseguirem se

comunicar”. Hoje entende-se que os sintomas são individuais e que podem variar de pessoa para pessoa.

Sobre a caracterização desses sujeitos, Roza e Guimarães (2021) apresentam que um terço das pessoas diagnosticadas com autismo não desenvolvem a capacidade da fala nem a capacidade de comunicação não verbal ou apresentam algum atraso de desenvolvimento referentes à comunicação e interação social. Além disso, pessoas autistas, podem apresentar uma dificuldade de compreensão do sentimento expressado por outras pessoas. Outra questão evidenciada nos estudos é que homens são mais suscetíveis a serem diagnosticados com autismo.

Evidencia Cunha (2017), que algumas das pessoas diagnosticadas com autismo, são consideradas pessoas com altas habilidades, ou superdotação, sendo que algumas regras de raciocínio são difíceis de serem compreendidas por pessoas sem o transtorno. Porém, esta é a minoria da comunidade autista. Além disso, como já mencionado, o autismo é um transtorno que não tem cura, porém tem uma vasta opção de tratamento como intervenções psicológicas, que devem ser mediadas por pessoas sem preconceito, com conexão e doação ao tratamento, fazendo uso do diálogo e tratando-os de forma individual dentro do coletivo da escola.

Segundo o autor (*ibid*, 2017), o autismo abrange outros transtornos com sintomas autísticos, como a Síndrome de Asperger que se caracteriza por não haver atraso cognitivo e grandes prejuízos na comunicação verbal. Geralmente a criança com Síndrome de Asperger sente-se solitária e desenvolve interesses particulares e específicos; o Autismo Atípico que apresenta comprometimento grave do desenvolvimento e da interação social, geralmente comprometendo a comunicação verbal e não verbal. O diagnóstico tardio e em idade avançada leva a um autismo atípico; o Transtorno de Rett no qual se manifesta severa deficiência mental, atinge o sistema motor da criança e geralmente é diagnosticada já nos primeiros meses de vida. A pessoa com Transtorno de Rett apresenta prejuízo na comunicação e interação social; o Transtorno Desintegrativo da Infância que é uma variação rara do autismo. É uma regressão do desenvolvimento após em média dois anos de vida da criança e pode ocasionar perda ou empobrecimento da fala.

Por não haver nenhuma identificação biológica confirmada no diagnóstico do transtorno do espectro autista, este é feito através das condições clínicas do paciente. A deficiência mental está presente na maioria dos pacientes, em níveis variados, podendo ser leve, moderado ou severo (MAS, 2018).

Compreender o que é autismo é importante para pensar práticas pedagógicas na escola com intencionalidade para o desenvolvimento e aprendizagem desses sujeitos, questão que será abordada no tópico a seguir.

2.2 AUTISMO E A INCLUSÃO NA SALA DE AULA

A lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que é a lei que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da pessoa com Transtorno do Espectro Autista, garante o direito da criança autista a frequentar escola regular, sendo que o gestor da escola, caso recuse vaga poderá ser punido com multa de 3 a 20 salários mínimos (BRASIL, 2012).

Os alunos de inclusão em sala de aula são, geralmente, considerados aqueles que não acompanham o restante da turma, que são indisciplinados ou incapazes de compreender determinado conteúdo. Enquanto a inclusão estiver relacionada a estas características, ainda serão encontradas diversas dificuldades referentes ao desenvolvimento destes alunos (MANTOAN, 2003).

Referente à educação de alunos autistas, Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) salientam que o ensino de alunos autistas é mais complexo por se tratar de um transtorno que pode envolver déficits nas áreas de comunicação, compreensão e socialização. Apesar disso, acredita-se que a inclusão de alunos autistas em salas de aulas de escola regular é um processo benéfico para a criança e para os colegas. Entretanto, para que o processo de ensino e aprendizagem seja leve e efetivo, é preciso que os professores primeiramente criem um vínculo com seus alunos, para que depois possam pensar em uma estratégia de ensino que seja positiva para toda a turma.

Como apontam Sant'Ana e Santos (2015), os contatos sociais no ambiente escolar, trazem inúmeros benefícios para o desenvolvimento de autistas, além disso, favorece o aprendizado dos demais colegas, que aprendem a conviver e respeitar pessoas autistas.

Considera-se essencial que os professores e auxiliares de turma de alunos autistas recebam um acompanhamento e suporte de uma equipe interdisciplinar a fim de lidar com questões relacionadas ao processo de ensino, bem como questões particulares. A relação da professora titular da turma e da professora auxiliar é um fator que influencia no desenvolvimento do aluno. Um trabalho em equipe, com

cooperação na elaboração de planejamento de atividades para o aluno costuma apresentar resultados positivos referentes à aprendizagem (WEIZENMANN, PEZZI, ZANON, 2020).

A fim de favorecer a atuação docente em relação aos alunos autistas, Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020), ressaltam a importância do conhecimento do profissional sobre as características do transtorno, sobre o tempo especial de adaptação e socialização com os colegas e com os funcionários da escola.

Diante disso, corrobora-se com o exposto por Ambrós (2017) de que, se tratando do ambiente escolar, vale ressaltar a importância de um ensino de qualidade, da adaptação do ambiente escolar para que este possa atender às necessidades dos alunos, além disso a oferta de capacitações para os profissionais. É fundamental que haja um trabalho coletivo entre todos os que atendem um aluno autista, dentro ou fora da escola.

3. O PERCURSO DA PESQUISA

O objetivo geral desta pesquisa que resultou no trabalho de conclusão de curso (TCC), requisito final para conclusão do curso de licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), campus Bento Gonçalves, foi o de refletir sobre os elementos que envolvem a inclusão de crianças autistas. Os objetivos específicos da pesquisa se apresentaram como os de caracterizar o autismo; entender o significado de inclusão; refletir sobre as vivências e experiências de uma docente da AMAFA; e pesquisar os elementos necessários para um processo de inclusão que contribua para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças autistas.

Para atender aos objetivos da pesquisa, a aproximação ao fenômeno foi feita através da realização de uma pesquisa qualitativa de natureza explicativa. De acordo com Gil (2002, p.133), a pesquisa qualitativa, “pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório”. Para o autor, caracteriza-se como pesquisas de natureza explicativa aquelas que:

Têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Esse é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas. Por isso mesmo, é o tipo mais complexo e delicado, já que o risco de cometer erros aumenta consideravelmente (GIL, 2002, p. 42).

Como método, inicialmente, realizou-se a construção do referencial teórico fundamentado em estudos bibliográficos e documentais, mais especificamente, sobre as legislações desta área de estudo. Após, realizou-se uma pesquisa de campo, que segundo Gil (2002, p. 53):

O estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo.

O universo deste estudo foi a Associação de Pais e Amigos do Autista de Farroupilha (AMAFA), que é uma associação que existe desde 25 de setembro de 2002 e foi criada a partir de uma conversa informal entre pais de crianças com o transtorno do espectro autista. Desde o início, o objetivo principal da associação era viabilizar o tratamento específico para o transtorno. Além disso, o espaço foi criado para ofertar socialização, convivência e um lugar adequado para que as crianças pudessem passar o dia enquanto os pais trabalham (AMAFA, s.d.).

O instrumento utilizado para aproximação ao universo foi a aplicação de entrevista semiestruturada, tendo como sujeito da pesquisa uma profissional da educação que trabalha na AMAFA, por entender que se trata de uma instituição que debate o desenvolvimento de pessoas com o transtorno do espectro autista e que estuda a prática docente no cotidiano escolar referente a esta especificidade.

A entrevista foi elaborada previamente e o encontro para aplicação da entrevista com a profissional foi marcado conforme disponibilidade da docente. Antes da realização da entrevista, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e após o consentimento da participante, a mesma foi iniciada e gravada para, posteriormente, organizar a análise.

4. CONHECENDO A AMAFA

A visita ao espaço da Associação de Pais e Amigos dos Autistas de Farroupilha (AMAFA) foi realizada no dia 16 de novembro de 2021, conforme combinado previamente. Ao chegar na AMAFA, a pesquisadora foi recebida pela professora participante da pesquisa de forma acolhedora e conheceu todos os ambientes da instituição, sendo eles: salas de aula, salas administrativas, sala sensorial, refeitório,

cozinha, sala de TV e o espaço externo. Todos os ambientes da AMAFA, são amplos, bem iluminados e bem equipados. Além disso, teve a oportunidade de conhecer os alunos que estavam na instituição no momento da visita, sendo, também, muito bem recebida por eles, que cumprimentaram, conversaram e mostraram à pesquisadora as atividades que estavam desenvolvendo. Percebeu-se neste contato com os alunos, que os mesmos demonstravam felicidade em estarem na AMAFA.

Referente aos ambientes, observou-se a preocupação com o desenvolvimento dos alunos, conforme sua particularidade, já que o espaço oferece atividades alternativas e que podem contribuir, de alguma forma, para o aprendizado de todos os alunos. A sala sensorial foi o que mais chamou a atenção da pesquisadora, por se tratar de um espaço em que os alunos podem agir de forma autônoma, e podem, inclusive, ficar sem supervisão, já que não oferece perigo. A sala é organizada a partir da oferta de diferentes materiais, como luzes, sons, mesa de atividades eletrônicas e brinquedos. Referente a isso é importante salientar que em alguns momentos, os alunos podem se sentir mais à vontade se estiverem sozinhos.

Os alunos utilizam transporte público específico para locomoção até a AMAFA e nessa visita técnica percebeu-se inclusive o envolvimento do motorista com os alunos. Este, demonstrou carinho e respeito pelos alunos durante uma breve conversa com a pesquisadora.

Na oportunidade, a pesquisadora presenciou um projeto que estava sendo implantado, que consistia na adoção de um cachorro. Este é um tratamento denominado *pet* terapia, e o objetivo é permitir que os alunos brinquem e interajam com o cão. O cachorro permanece dentro de um espaço delimitado, e os alunos têm a oportunidade de conviver com ele no momento da aula de equoterapia. Este, se torna um projeto benéfico, tanto aos alunos, quanto ao cão adotado, que passa pela experiência de interação com autistas, já que, através do que foi retratado à pesquisadora, o mesmo recebe carinho e muita atenção.

Através da visita aos espaços e da recepção calorosa, a pesquisadora percebeu um envolvimento, estudo e preparo que muitas vezes não se percebe em escola regular. Por mais que este seja um espaço diferenciado, por se tratar da especificidade do tratamento de autistas, todos os profissionais que trabalham com o aprendizado de crianças autistas, precisam demonstrar afeto e a capacidade de desenvolver um olhar especial perante às crianças autistas, além de conhecer sobre o transtorno e suas especificidades.

A AMAFA realiza um trabalho com alunos de todos os níveis de ensino, demonstrando afeto e comprometimento com eles, e está sempre disposta a receber pessoas para visitação, doação e contribuição, como salienta⁸ a professora participante da pesquisa: “Quem vier até aqui, vai perceber a humanidade com que eles são tratados, o respeito e a igualdade. A gente brinca, xinga, chama atenção, se diverte, pois, assim como nós, eles são pessoas”. Observa-se na fala da professora seu envolvimento e olhar sobre a instituição, sobre as reflexões construídas a partir do diálogo estabelecido com a professora na entrevista. As mesmas serão apresentadas no tópico a seguir.

5. REFLEXÕES SOBRE O DIÁLOGO ESTABELECIDO COM A DOCENTE

A entrevista foi realizada com a docente Renata⁹ no mesmo dia em que foi feita a visita na instituição. A professora começou sua trajetória na educação através do magistério, cursou licenciatura em pedagogia e realizou especialização em psicopedagogia, neurociência, autismo e neuropsicologia. Ingressou na docência em uma escola regular e teve a oportunidade de trabalhar em classe de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Sobre esta experiência, a professora enfatizou: “foi quando me descobri e entendi que aquele era o meu lugar”. Continuou trabalhando por cinco anos em turmas de AEE, concursada no município de Farroupilha, no Rio Grande do Sul - RS, enquanto aguardava ser chamada para a AMAFA, através da cedência do próprio município. Na conversa estabelecida, em relação ao trabalho que realiza, foi possível perceber a realização profissional da docente e o carinho que tem por todos que frequentam o espaço.

Após a apresentação da professora, o diálogo seguiu através da sua percepção em relação ao trabalho da AMAFA. Segundo ela, a AMAFA é como se fosse uma associação particular, pois os recursos são arrecadados através da realização de eventos, como rifas, bingos e brechós. Como auxílio para a parte financeira da instituição, alguns pais contribuem com um valor espontâneo, mas não é uma

⁸ Visando respeitar a manifestação oral da participante, não houve edição e correção das respostas dadas pela mesma, sendo possível a existência de erros de ortografia, concordância e mesmo semântica nos depoimentos, quando comparados com a norma culta do vernáculo.

⁹ Para manter a ética na pesquisa, a docente não será identificada, sendo este um nome fictício.

obrigatoriedade. Para destinar o valor que a instituição possui e pensar em melhorias, a diretora da instituição realiza reuniões semanais.

Durante a conversa com a docente foi possível conhecer mais sobre a instituição e sua realidade. Compreendeu-se que a associação atende alunos de 4 até 59 anos, residentes de Carlos Barbosa, Nova Bassano e Farroupilha. Atualmente, a instituição oferece serviços somente no turno da tarde, diante disso, não consegue atender toda a demanda necessária da região, ocasionando fila de espera em busca de atendimento. Segundo a docente, a intenção da coordenação da AMAFA é ampliar o horário de atendimento, mas, no momento, não há recurso suficiente para tal.

A associação oferece oficinas diversas como equoterapia, natação, fisioterapia, sala de educação física e *pet* terapia. Ao realizarem as oficinas propostas pela AMAFA, Renata ressaltou que os alunos demonstram muita felicidade e entusiasmo, já que as atividades são organizadas de forma lúdica.

Para que os alunos cheguem até a AMAFA, as escolas ou profissionais da saúde fazem um encaminhamento, ou a própria família procura o espaço, entretanto a instituição dá preferência aos encaminhamentos de profissionais da saúde em conjunto com a escola.

Sobre a relação que a AMAFA estabelece com a comunidade, a professora conta que a associação procura manter contato direto com as escolas de ensino regular e com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). A associação conversa constantemente com os professores da rede e da APAE para tentar manter a mesma linguagem em relação ao tratamento dos alunos, porém, esta relação acabou sendo prejudicada pela pandemia do coronavírus¹⁰.

Evidencia-se que o trabalho em rede é fundamental para um trabalho bem planejado, pois permite a construção e articulação de ideias através do diálogo. Desta forma, cada um pode contribuir com o seu saber, fortalecendo o conhecimento.

Quanto ao trabalho da AMAFA com os alunos, Renata destacou que os pais criam expectativa de que a função principal da AMAFA seja a de alfabetizar, entretanto este é um objetivo da rede regular de ensino, mas não específico da AMAFA. Não nega-se que acaba contribuindo, entretanto o objetivo principal da AMAFA é

¹⁰ Segundo o Ministério da Saúde de Minas Gerais, o novo coronavírus é uma espécie de vírus, chamado cientificamente de SARS-CoV-2. Essa palavra é uma sigla em inglês para “coronavírus-2 causador de síndrome respiratória aguda grave”. A SARS é a forma mais grave da COVID-19 e de outras doenças respiratórias, ela é conhecida no Brasil como SRAG. O novo coronavírus foi inicialmente identificado em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, China (TOZZI, s. d.).

desenvolver as habilidades e a autonomia dos alunos. Corroborando com este pensamento, entende-se que a alfabetização faz parte da formação da autonomia, que é um fator importante para o desenvolvimento dos autistas.

O aumento da convivência em sociedade é, também, um objetivo da AMAFA, e a professora destacou que os alunos se relacionam muito bem entre eles e com os funcionários da associação. Além disso, os professores trabalham em equipe e se sentem responsáveis por todos os alunos, fazendo jus à importância do trabalho interdisciplinar para o desenvolvimento da criança, desta forma, os próprios alunos realizam um trabalho em equipe e fazem, inclusive o intervalo em conjunto, possibilitando momentos de convívio, fator muito importante para o desenvolvimento de crianças autistas.

Quando questionada sobre a organização de atendimento dos alunos, Renata ressaltou que os mesmos são atendidos em salas separadas por idade e que cada sala comporta 3 alunos. A professora entrevistada, é responsável pelo atendimento de uma das turmas, com o auxílio de uma monitora, estudante de Licenciatura em Pedagogia e, a partir do seu conhecimento e da sua experiência, ela destaca que o atendimento dos alunos tem que ser feito a partir das particularidades do aprendizado, já que cada criança gosta de se relacionar e aprender de maneira diferente, dialogando, desta forma, com o que Weizenmann, Pezzi e Zanon (2020) apresentam sobre a forma de atendimento de crianças com autismo, citados no referencial.

Em relação aos alunos que atende, como voltaram há pouco tempo de forma presencial, a professora Renata retratou para a pesquisadora que está os conhecendo, e além das habilidades já atingidas por eles, tenta fazer com que outras habilidades sejam alcançadas, visando o desenvolvimento e a autonomia, objetivos da AMAFA.

Sabendo que uma das características do autismo pode ser a seletividade alimentar, Renata destaca que a associação encontra dificuldade em contentar todos os alunos no horário do lanche e que há uma merendeira responsável pela elaboração dos lanches. A mesma tem a responsabilidade de adaptar a refeição às preferências dos alunos já que estes apresentam especificidades quanto à comida, portanto, a coordenação está pensando em elaborar um projeto sobre a importância de uma alimentação diversificada.

A comunicação que os alunos estabelecem entre eles e com os funcionários da AMAFA, na maior parte do tempo, não é oral já que somente quatro alunos

desenvolveram a capacidade de fala dentre todos os alunos matriculados. Os demais, conseguem se comunicar de outras formas, como fazendo uso de gestos. Para que todas as crianças tenham a possibilidade de se comunicar, foi organizada uma pasta de comunicação, onde eles podem apontar para figuras e mostrar o que precisam ou o que estão sentindo. Cada um tem a sua pasta e eles já conhecem os desenhos. A docente ressaltou, inclusive, que a partir do uso desta pasta, alguns dos alunos começaram a desenvolver a fala. Contribuindo ainda para a possibilidade de comunicação, a docente também faz uso de um avental para colar o passo a passo das atividades do dia. Verificou-se a importância desta comunicação alternativa quando, por exemplo, os alunos precisam ir ao banheiro. Neste caso, eles têm um passo a passo ilustrativo, a partir de imagens, para seguir e poder realizar a atividade sem auxílio de outra pessoa.

No que se refere à participação dos pais no processo de aprendizado de autistas, considera-se um fator fundamental para a qualidade do trabalho da associação, questão que também foi reforçada pela professora. Em relação a isso, Renata traz que os pais dos alunos matriculados, participam da maioria das atividades propostas e que, durante a pandemia do Coronavírus, faziam questão de realizar as atividades com os alunos. Para aproximar a família da instituição, é oferecido um acompanhamento especializado para os pais, organizado por uma equipe específica. Esses encontros são realizados mensalmente e, embora aberto para toda família, a professora Renata ressaltou que geralmente são as mães quem mais participam das reuniões.

O processo de inclusão das crianças com autismo na rede regular de ensino é um direito garantido legalmente. Sobre essa questão, a professora considera a inclusão dos alunos autistas em escola regular como um processo complexo, exemplificando casos que acontecem, frequentemente, de que as escolas não aceitam os alunos, ou até mesmo do aluno não gostar e desistir de ir à escola regular.

Sobre essa questão, a professora destacou em sua fala:

Professora: Eu particularmente, acho muito difícil, a gente enfrenta muitos problemas com as escolas. Ao mesmo tempo que têm escolas que procuram a gente e que são muito interessadas, procuram justamente para pedir ajuda, têm escolas que não aceitam e que colocam alunos em salas à parte, por não estarem no mesmo nível dos demais, e dessa forma, eles perdem o que mais precisam na escola, que é a convivência.

. Além da convivência, fator importante para o desenvolvimento dos autistas, considera-se que o acesso à escola, é um direito de todas as crianças. Este é o espaço para o acesso aos conhecimentos históricos socialmente produzidos, além da socialização. Ou seja, a criança autista deve frequentar espaços de ensino e aprendizagem com o objetivo de aprender, além de socializar.

Um dos objetivos desta pesquisa foi o de compreender elementos necessários para um processo de inclusão que contribua para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças autistas. Neste sentido, questionou-se a docente sobre práticas pedagógicas que contribuem para educação destes alunos. Sobre essa questão, Renata sugere a elaboração de atividades mais lúdicas e a necessidade de analisar as especificidades dos alunos, de forma individual, respeitando as preferências deles e que não sejam retirados da sala se não estiverem em surto, pois eles precisam conviver com seus colegas.

Complementando, traz que, por mais que tenhamos todo o conhecimento e estudo necessário para trabalhar com autistas, “quando tu tá com autista na tua frente, é só uma alma humana, que está tocando outra alma humana, são duas pessoas caminhando na mesma direção e que vieram do mesmo lugar.” Eles precisam ser respeitados e tratados com igualdade dentro das suas diferenças e que eles possam ter a adaptação curricular a que têm direito e que muitas vezes não é feita. A professora complementa: “os autistas estão um patamar acima de nós, eles têm uma serenidade no olhar, uma pureza que outras pessoas não são capazes de ter”.

Para finalizar Renata ressalta que a escola tem muito a aprender com a AMAFA e que, inclusive, há a ideia de um projeto que consiste na organização de cursos de capacitação para chamar as equipes das escolas e mostrar dicas que possam auxiliar no entendimento do que é o autismo, para que, desta forma, possam preparar atividades que agreguem para o desenvolvimento dos alunos. Em sua fala Renata demonstrou amor e muita sabedoria ao falar sobre a relação dos alunos, suas conquistas e evoluções.

6. CONCLUSÃO

A presente pesquisa apresenta um tema de relevância na educação. O transtorno do espectro autista faz parte do cotidiano de muitas escolas e alguns professores podem sentir-se despreparados ao precisarem desenvolver um trabalho

de qualidade com estes. Este despreparo se dá pela falta de conhecimento e de formação oferecido aos profissionais.

Ao pensarmos no aprendizado de crianças com o transtorno do espectro autista, destaca-se a importância de uma relação de afeto e do trabalho que considera as particularidades de cada aluno autista dentro do coletivo que envolve toda a escola, professores, gestão e demais funcionários, dando preferência às atividades lúdicas, com funcionalidade objetiva, visando o bem estar do aluno.

Como profissional da educação e monitora de autistas, obtive crescimento profissional e pessoal ao realizar esta pesquisa. Para mim, estudar as características e necessidades educacionais do autismo é fundamental para poder desenvolver um trabalho de qualidade com eles. Diante disso, a pesquisa apontou a ausência de formações iniciais e continuadas sobre o transtorno e salienta a importância dessas formações para uma atuação docente de qualidade e que atenda a perspectiva de uma educação inclusiva.

Considero pessoas autistas muito inteligentes, que demonstram maior envolvimento e dedicação às atividades lhes despertam interesse, portanto, pondero que seja fundamental conhecer, de fato, o aluno, para que as atividades sejam pensadas de forma individual, como citado no texto. Autistas, assim como qualquer outra criança, têm o direito à educação e ao respeito dos profissionais e colegas com quem convivem. A partir da escrita deste artigo, meu amor¹¹ pelas pessoas autistas engrandeceu. A experiência de conviver com um autista é um misto de sentimentos, que envolve admiração, respeito, alegria e muitos ensinamentos.

A AMAFA, objeto deste estudo, é um espaço de aprendizado, tratamento e de incentivo à autonomia para os alunos. Em contraponto, os professores também se tornam aprendizes ao terem a oportunidade de trabalhar com alunos autistas. É possível perceber que a AMAFA está disposta a oferecer momentos de conhecimento para professores tanto da rede pública, quanto privada, que estejam interessados em obter mais informações sobre crianças autistas.

Vale questionar, em relação às contribuições da AMAFA, quantos professores conhecem este espaço? Quantos professores têm acesso a este espaço, que é um espaço em rede? Quais são os desafios do trabalho realizado em rede? O que pode ser feito para ampliar esta conexão? Diante disso, evidenciam-se as novas inquietações que o estudo trouxe, apontando que este trabalho não tem o objetivo de

¹¹ Ao falar sobre amor aqui, me refiro ao sentido mais amplo, não de uma forma romantizada, mas em relação a quem luta pelos direitos destas pessoas. Um amor que envolve respeito e admiração.

esgotar o assunto, demonstrando a importância de se aprofundar pesquisas sobre as práticas pedagógicas, sinalizando uma pesquisa futura sobre a temática.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Tornar a educação inclusiva: como esta tarefa deve ser conceituada? In: FÁVERO, Osmar et. al. (Orgs.). **Tornar a educação inclusiva**. v. 1. Brasília: UNESCO, 2009. p. 11-24, 2009.

AMBRÓS, Danieli Martins; OLIVEIRA, Glaucimara Pires. O aluno com Transtorno do Espectro Autista na Sala de Aula: caracterização, legislação e inclusão. **Anais 1º Seminário Luso-brasileiro de Educação Inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão**. v. 1, p. 209-220, 2017.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394**. De 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 16 de dezembro de 2021.

BRASIL, **Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, MEC/SEF.

BRASIL. **Lei da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista nº 12.764**. De 27 de dezembro de 2012.

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm, acesso em 21 de agosto de 2021.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146**. De 6 de julho de 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm, acesso em 29 de novembro de 2021.

CARDOSO, Aureo Vandr . **Terminologias recomendadas para uma educa o mais inclusiva**. 1ª ed. Bento Gonçalves/RS: IFRS, 2021.

CUNHA, Eug nio. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. Digitaliza Conteúdo, 2020.

DONVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia**: a história do autismo. Editora Companhia das Letras, 2017.

OLIVEIRA Marily Oliveira. O transtorno do espectro autista em tempos de inclusão escolar: o foco nos profissionais de educação. **Revista Educação Especial**. v. 31. p. 299-310. abr./jun. 2018. Santa Maria.

FIDALGO, Sueli Sales. **A linguagem da exclusão e inclusão social na escola**. Editora Unifesp, 2021.

GLAT, Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In GLAT, Rosana (org.). **Educação Inclusiva**: Cultura e Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MAS, Natalie Andrade. **Transtorno do espectro autista**: história da construção de um diagnóstico. Dissertação de mestrado (Psicologia Clínica). Instituto de Psicologia da USP - Universidade de São Paulo: 2018.

ROZA, Sarah Aline; GUIMARÃES, Sandra Regina Kirchner. empatia afetiva e cognitiva no transtorno do espectro autista (tea): uma revisão integrativa da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, 2021.

SANTANA, Wallace Pereira; SANTOS, Cristiane da Silva. A Lei Berenice Piana e o Direito à Educação dos Indivíduos com Transtorno do Espectro Autista No Brasil. **Revista Temporis**. Cidade de Goiás; Anápolis. V. 15, n. 02, p.99-114 de 207, jul./dez.,2015

SONZA, Andréa Poletto et al. (orgs.). **Afirmar**: a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões Bento Gonçalves: IFRS, 2020.

TOZZI, Marcela. et. al. **Afinal, você sabe o que é coronavírus?** Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais: s. d. Disponível em: <<https://coronavirus.saude.mg.gov.br/blog/35-o-que-e-coronavirus>>. Acesso em: 7 Jan. 2022.

WEIZENMANN, Luana Stela; PEZZI, Fernanda Aparecida Szarecki; ZANON, Regina Basso. **Inclusão Escolar e Autismo**: Sentimentos e práticas docentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 24, 2020.